

## **A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS DISCIPLINAS DE NÚCLEO PEDAGÓGICOS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**ADAMS, W. Fernanda<sup>1</sup>**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos**

**E-mail do autor: adamswfernanda@gmail.com;**

**Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão**

**E-mail do autor: dutartuci@brturbo.com.br**

### **Resumo:**

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “Docência, Formação de Professores nos Cursos de Ciências da Natureza e Educação Especial”, busca discutir a formação inicial de professores de ciências da natureza (ciências biológicas, física e química) na perspectiva da educação especial, pois o aluno público alvo da educação especial se faz presente na sala de aula regular é uma garantia legal e o professor é um dos responsáveis por garantir o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos partindo de suas especificidades e potencialidades. Sendo assim, o presente artigo busca discutir a presença da discussão da educação especial nos cursos de ciências da natureza a partir da inserção da temática nas disciplinas de núcleo pedagógicas que compõem o currículo dos cursos de licenciatura como psicologia da educação, didáticas, etc. Pesquisa está que tem como referencial teórico e metodológico a abordagem histórico-cultural e foi realizada com licenciandos do último período do curso de graduação, de 9 cursos de ciências da natureza de 4 Instituições de Ensino Superior no Estado de Goiás. Para construção de dados utilizou-se de questionários e entrevistas semiestruturadas. Através dos dados construídos foi possível observar que a maioria dos licenciandos dos cursos investigados não teve a discussão da temática educação especial nas disciplinas de núcleo pedagógico durante sua formação inicial, sendo que os poucos licenciandos que vivenciaram essa discussão, a tiveram por iniciativa do professor formador que possuía formação na área e não por conter a temática na ementa da disciplina. Sendo assim, acredita-se ser fundamental a formulação de uma resolução que garanta a obrigatoriedade da discussão desse tema na formação inicial de professores.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Formação de Professores. Ciências da Natureza.

### **1. Introdução**

Este trabalho faz referência a pesquisa de mestrado intitulada “Docência, Formação de Professores nos Cursos de Ciências da Natureza e Educação Especial”, aprovada pelo comitê de ética como o CAAE 56691216.8.0000.5083 e número de parecer 1.624.529 (Anexo A), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Tal pesquisa, busca discutir a formação inicial de professores de ciências da natureza (ciências biológicas, física e química) na perspectiva da educação especial, tendo como problema: Os cursos de ciências da natureza estão preparando os futuros profissionais da educação para atuar com alunos público alvo da educação especial? Este partiu da experiência da pesquisadora com este público, onde a partir do contato a pesquisadora observou que sua formação inicial não a preparou para lidar com as

especificidades/potencialidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e ou superdotação.

O objetivo geral da pesquisa supracitada é investigar como a educação dos alunos público alvo da educação especial tem sido contemplada na formação inicial de professores de ciências da natureza no estado de Goiás. Para tanto, mapeou-se os cursos de ciências da natureza nas instituições públicas de ensino superior do Estado de Goiás, em seguida o Projeto Político Pedagógico (PPC) de cada curso foi analisado com a finalidade de reconhecer nos planos de disciplinas aspectos relacionados a educação especial.

Em seguida, questionários e entrevistas semiestruturadas foram aplicados a licenciandos e coordenadores dos cursos investigados com o intuito de reconhecer nas falas dos sujeitos se sua formação inicial foi voltada para garantir o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial já que a presença deste aluno na sala de aula é uma realidade e é uma garantia legal. De acordo com principais documentos legais, relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, LDBEN (BRASIL, 1996) e a Declaração de Salamanca (1994) a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, ou seja, a lei assegura o acesso e a permanência da pessoa com deficiência em todos os níveis, etapas e modalidades de educação.

A legislação garante o acesso do aluno público alvo da educação especial a escola, mas a permanência deste é favorecida pelo professor, que deve considerar as suas potencialidades para garantir o seu processo de ensino e aprendizagem. Contudo, a despeito da importância da formação inicial na garantia de uma formação atenta as demandas da educação especial, partimos do pressuposto de que a maioria dos cursos de licenciatura de ciências da natureza ainda não contemplam a educação dos alunos público alvo da educação especial através de disciplinas pedagógicas que abordem a temática.

Sendo assim, o presente artigo busca discutir a presença da discussão da educação especial nos cursos de ciências da natureza a partir da inserção da temática nas disciplinas de núcleo pedagógicas que compõem o currículo dos cursos de licenciatura como psicologia da educação, didáticas, etc.

### **Educação Especial: a formação de professores**

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos,

em Jomtien – Tailândia –, e coube ao país, como signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação (KASSAR, 2011). Com base nos pressupostos do Banco Mundial (BM), dos quais a educação é “a pedra fundamental para o desenvolvimento humano e redução da pobreza”, a Unesco (2005) assume que ela é “[...] um meio para desenvolver o capital humano, para melhorar o desempenho econômico e as capacidades e as escolhas individuais, a fim de desfrutar das liberdades de cidadania” (s/p). Então mais uma vez a escola é sobrecarregada de funções, sendo responsabilidade do professor dar conta de tudo e de todos mesmo sem ter uma formação adequada a isso e sem tempo para ir em busca de uma formação continuada.

Esse movimento de universalização da educação também atingi as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, uma vez que temos uma proposta política para atender esse público preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, temos um processo de inclusão do aluno. Silva *et al* (2008) destaca que, na década de 1990 ocorreu “[...] um movimento no âmbito mundial pela inclusão das pessoas com necessidades especiais com seu foco na busca ampliação e equiparação de oportunidades para todos”. A autora ainda identifica essa tendência na política educacional implementada pela LDBEN, já que esta consagra igualdade de condições de acesso e permanência na escola e o atendimento do aluno público alvo da educação especial preferencialmente na rede regular de ensino. A UNESCO (2005; 2009) ao falar de inclusão afirma que esta é vista como um processo endereçado a responder à diversidade das necessidades específicas de cada aluno, considerando a realidade local e as tradições culturais, com vista a aumentar a participação do aluno cada vez mais nos processos de aprendizagem e a reduzir a exclusão dentro da educação.

E para que a inclusão ocorra sua base deve ser a escola, cuja função é promover a construção de conhecimentos científicos, mas também formar cidadãos (SAVIANI, 1980; 1983). Com a inclusão chegando as escolas é de se esperar que as maiores cobranças recaiam sobre os professores, sendo eles os responsáveis por garantir a permeância e o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.

Nesse momento é de fundamental importância garantir a formação de professores para lidarem com as especificidades/potencialidades desse alunado, pois observa-se que a legislações já traz sugestões de como essa formação deve ser feito, todavia é preciso ir além de sugestões e garantir, de fato, uma formação de professores na perspectiva da educação

especial. Segundo Ferreira *et al* (2007) e Benite *et al* (2009) a comunidade acadêmica vem discutindo a melhor maneira de formar os professores para a diversidade. Assim, a mudança na perspectiva da educação e da configuração das salas de aula acarreta também mudanças no perfil do professor que deve estar nesse ambiente.

Podemos destacar que foi a partir de 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que se viu a necessidade de incluir as discussões sobre a educação especial nos cursos de formação de professores, já que havia um grande movimento para o acesso do público alvo da educação especial as classes regulares de ensino. A LDBEN apresenta uma parte destinada aos profissionais da educação em que prevê, especificamente no Art. 61º, parágrafo único, incisos I, II e III os fundamentos que devem orientar a formação desses profissionais:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 1996).

Observa-se que a legislação deixa clara a necessidade de uma formação consolidada e que relacione a teórica e prática aos profissionais da educação de forma a garantir um aprendizado aos alunos público alvo da educação especial. Esta ainda deixa claro que esta formação deve ocorrer em nível superior em cursos de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação. Esta discussão deve ser promovida através da inclusão de disciplinas específicas sobre o tema e ainda com a compressão desta discussão nas demais disciplinas pedagógicas. Ou seja, com a garantia legal de uma formação de professores na perspectiva da educação especial faz-se necessários que as universidades incluam essa em seus cursos de licenciatura a discussão desta temática, com relação a isso, Freitas (2006, p. 176) afirma:

Hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos [...] conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Observa-se pela fala de Freitas que ainda é um desafio incorporar aos currículos de

formação de professores a discussão da educação especial. Acredita-se que nos cursos de licenciatura em ciências da natureza essa discussão se iniciou apenas com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que garante a obrigatoriedade da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em todos os cursos de licenciatura. A partir deste decreto todos os cursos de formação de professores devem inserir em seus currículos a disciplina de Libras. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A Resolução CNE/CP nº1 de 2015, também destaca a disciplina de Libras na formação de professores no artigo 3. § 6 afirmando que deve ocorrer a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais.

Acredita-se que a disciplina Libras nos cursos de formação de professores se mostra como um avanço para a discussão da educação especial, mas ainda se vê a necessidade de que esse tema seja discutido em uma disciplina específica e nas demais disciplinas pedagógicas garantindo assim ao futuro professor diversas possibilidades de discussão sobre a educação especial parando o professor para trabalhar com as potencialidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidade e/ou superdotação.

## **2. Metodologia**

O presente estudo, bem como a pesquisa de mestrado de que ele parte tem como método a abordagem histórico-cultural a qual possui como principal teórico Vigotsky que buscou no marxismo o método para a construção de sua teoria e afirma:

A procura de um método torna-se um dos problemas mais importantes de todo empreendimento para a compreensão das formas caracteristicamente humanas de atividade psicológica. Nesse caso, o método é, ao mesmo tempo, pré-requisito e produto, o instrumento e resultado do estudo (VYGOTSKY, 2007, p. 69).

Trata-se ainda de uma pesquisa de caráter qualitativo, que conforme afirma Martins (2004) é importante porque permite coletar evidências a respeito do tema abordado de maneira criadora e intuitiva, visto que há uma proximidade entre pesquisador e pesquisado

possibilitando a compreensão de crenças, tradições, em um máximo entrelaçar com o objeto em estudo. Para Zago (2003) uma pesquisa na perspectiva qualitativa deve permitir a compreensão da realidade homogênea do ambiente de estudo.

Destaca-se que a pesquisa de mestrado foi realizada em 4 instituições públicas de ensino superior do Estado de Goiás e em 9 cursos de ciências da natureza, tendo como participantes licenciados dos dois últimos anos destes cursos, para a construção de dados foi analisado os Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos, aplicado questionários com 133 licenciandos e entrevistas semiestruturada com 19, sendo 2 licenciados do 8º período de cada curso.

Para o presente estudos optamos por discutir os dados construídos a partir do questionário e da entrevista semiestruturada. Fez-se uso destes instrumentos de construção de dados, por acreditar que a partir dele um número maior de licenciandos seriam atingidos e que seria possível uma boa explanação das ideias dos mesmos sobre sua formação na perspectiva da Educação Especial.

Marconi e Lakatos (2010, p. 184) definem os questionários como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Para Gil (1999, p. 128) os questionários como uma técnica de investigação que por meio de um número mais ou menos elevado de questões escritas, visa “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. Para Manzini (2004) entrevista semiestruturada parte de um assunto sobre o qual é confeccionado um roteiro com perguntas principais abertas, onde pode existir flexibilização da sequência das perguntas ao entrevistado ou pode-se complementar a entrevista por outras questões inerentes às circunstâncias da entrevista, de forma a entender melhor a temática discutida. Os dados dos questionários foram tabulados e organizados em gráficos e as entrevistas foram transcritas e nesse momento o pesquisador sai do papel de entrevistador e se coloca no papel interpretador de dados (MANZINI, 2006).

Destaca-se que códigos foram criados para o anonimato e a identificação dos participantes. Estes seguiram os seguintes critérios, adotou-se a letra L para identificar os licenciandos seguidos dos números “1”, “2”. Para determinar a sequência optou-se por utilizar a ordem alfabética dos cursos de ciências da natureza ordem em que as entrevistas foram realizadas com os participantes, ficando os códigos de L1 à L19 para os licenciados.

Dessa forma, buscamos relacionar os dados construídos através do questionário com

os dados das entrevistas para averiguar se há a discussão da educação especial nas disciplinas de núcleo pedagógicas ofertadas pelos cursos de ciências da natureza investigados.

### **3. Desenvolvimento e resultados**

O acesso do aluno público alvo da educação especial à educação e a educação especial é uma garantia legal, face ao processo de democratização da educação brasileira, o perfil das escolas se alterou e hoje temos uma escola heterogênea. Houve uma expansão no número de vagas e há legislação que apoia o ingresso de todas as pessoas à escola, independentemente de suas condições (LEITE; GIORGI, 2004). Ou seja, este aluno está chegando a escola, e os professores precisam estar preparados para lidar com as especificidades/potencialidades desses alunos, assegurando assim o processo de ensino e aprendizagem deste. Isto ocorre através da garantia de uma formação que seja voltada para atender esse público e tem-se observado que essa formação tem-se dado, na modalidade de educação a distância para aqueles professores que já estão atuando na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Nesse sentido, Machado (2011, p. 57) argumenta que:

[...] a formação docente para a inclusão vem se tornando uma necessidade imperiosa no nosso país. Com a educação inclusiva assumindo a centralidade, também a formação de professores toma lugar de destaque. Mais do que isso, ocupa um status de “Kit salva-vidas” para o sucesso do grande projeto da inclusão educacional

Através da fala supracitada observa-se que essa formação oferecida tem sido como um “salva-vidas”, para atender a demanda atual da educação, ou seja, não se mostra como uma formação planejada, mas acredita-se que somente essa formação aligeirada, para atender de imediato uma demanda não é suficiente para atender os alunos público alvo da educação especial em sua demanda de aprendizado. Se faz, necessário então que este tema seja discutido também na formação inicial de professores e que vá para além da inserção da disciplina de Libras na grade curricular dos cursos, é preciso que este tema seja discutido também nas demais disciplinas pedagógicas. Com relação a isso, Freitas e Moreira (2011, p. 70) destacam:

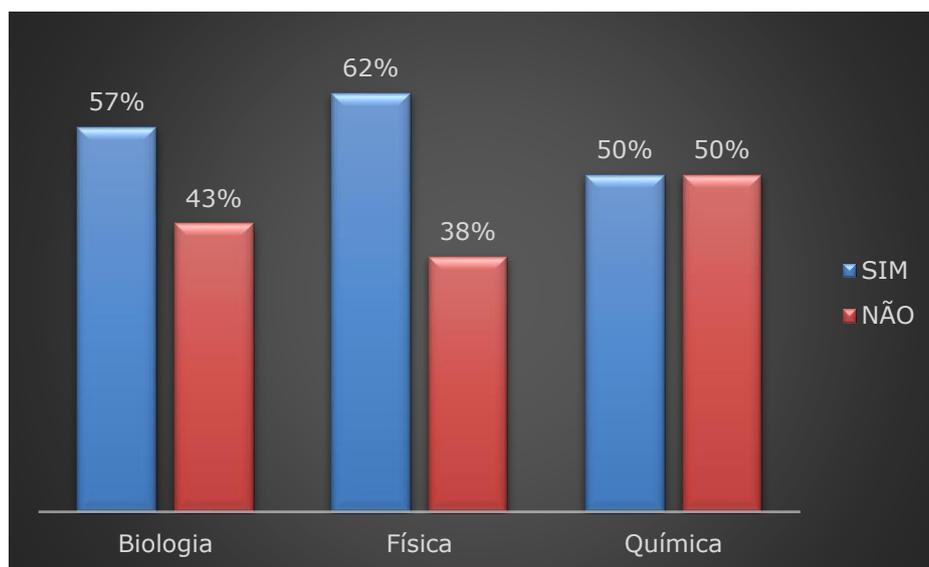
É consenso a importância de que os cursos de graduação, sobretudo os de formação de professores, incluam conteúdos e disciplinas na área das necessidades educacionais especiais, em suas matrizes curriculares, mesmo que isso, por si só, não garanta a qualidade profissional dos futuros

professores, nem a inclusão escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Entretanto, a inexistência de um espaço para se abordar essa temática é mais um agravante para não se concretizar uma Educação Inclusiva para esses alunos.

Observa-se pela fala dos autores que estes acreditam que para que a inclusão ocorra de forma satisfatória é importante que haja a discussão da educação especial na formação inicial de professores e que esta discussão ocorra através da inserção de conteúdos e disciplinas sobre o tema nas grades curriculares dos cursos de licenciatura.

Pensando nisso, questionou-se aos licenciandos dos cursos de ciências da natureza investigados se há a discussão da temática educação especial nas disciplinas do núcleo pedagógico ofertadas pelo curso. Os dados podemos ser observados no gráfico:

**Gráfico 1** – Demais disciplinas do núcleo pedagógico que discute a Educação Especial



Fonte: produzido pela pesquisadora a partir dos dados dos questionários

A maioria dos licenciandos afirmam que há a discussão da educação especial nas demais disciplinas do núcleo pedagógico oferecidas pelo curso. As licenciandos citam que essa discussão é realizada em disciplinas como: práticas do ensino de física II; políticas educacionais, psicologia da educação ou psicologia do desenvolvimento; didática e destaca-se um licenciando da ciência biológicas que afirmou no questionário que está discussão ocorre na disciplina de genética, acredita-se que essa discussão se relaciona com a mutação do cromossomo 21, causador da Síndrome de Down. Alguns licenciandos citam que essa discussão acontece quando o professor que ministra a disciplina tem formação na área:

*Excerto 1 - Às vezes, depende do professor, como a gente tem uma professora que a formação dela é nessa área então em todas as disciplinas que ela ministra ela tenta incluir [...] Ela fala das necessidades educacionais desse aluno. Excerto L16/Licenciando da Química*

A afirmação deste licenciando nos leva a problematizar a falta de formação dos professores formadores na perspectiva da educação especial e a necessidade de que as Universidades abram vagas para professores com formação nessa área ou garanta aos professores em exercícios formação continuada dentro da temática. A seguir apresentamos mais alguns excertos que citam episódios da discussão da educação especial nas demais disciplinas do núcleo pedagógico:

*Excerto 2 – Em didática, a professora discutiu esse tema de forma bem rápida, com algum texto, algumas atividades específicas e uma aula, montei uma aula para alunos surdos [...] a gente trabalhou o conteúdo com um vídeo, não tinham conhecimento sobre Libras, então a gente levou um vídeo pronto em que o professor explicava o conteúdo, a gente tentou trabalhar mais com a questão do visual. L7/Licenciando da Física*

*Excerto 3 - Só mesmos na disciplina de psicologia que a professora teve uma abordagem breve sobre deficiência. L4/Licenciando da Ciências Biológicas*

Observa-se uma variedade de disciplinas que abordaram a temática da educação especial, mas esta discussão aparece sempre de forma superficial, onde os professores formadores citam que é uma realidade presente em sala de aula, mas não leva o licenciando a refletir sobre como garantir o processo de ensino e aprendizagem deste aluno. Observamos uma abordagem um pouco distinta no excerto 2 onde o licenciando afirma ter elaborado uma aula para alunos surdos, destaca-se a iniciativa do professor formador que levou a sua turma a pensar em como seria uma aula com a presença de alunos público alvo da educação especial.

Ao analisar os dados da pesquisa, foi possível observar que os cursos de formação de professores de ciências da natureza em sua maioria ainda não contam em sua matriz curricular disciplinas que discutam a educação especial para além da Libras, isto também foi observado por Bueno (2002) em uma pesquisa realizada em diversas Universidades Brasileiras, em que 45% dos cursos de formação de professores não possuíam disciplinas que abordem a temática educação especial. Acredita-se que é preciso uma intervenção política para garantir a discussão da educação especial em disciplinas nos cursos de formação de professores, é preciso que se crie um decreto que garanta a obrigatoriedade da inserção

nas grandes curriculares de disciplinas que promova essa discussão.

É preciso também que os cursos que já possuem, incluam nestas uma carga horária prática onde o futuro professor vivencia experiências em sala de aula com os alunos público alvo da educação especial, ou seja, as disciplinas precisam relacionar teoria e prática. A literatura tem apontado inúmeras críticas quanto à efetividade de cursos de formação de futuros professores devido à separação entre conhecimentos científicos e conhecimentos profissionais docentes, conhecimento acadêmico e realidade escolar, disciplinas específicas da área e disciplinas pedagógicas (SCHÖN, 2000; NÓVOA, 1992; MARCELO, 1999; TARDIF, 2002). Sobretudo, é a falta de integração que caracteriza o modelo usual de formação docente nos cursos de licenciatura de ciências da natureza, posto que é calcado na racionalidade técnica. Assim, com base nesse modelo, os currículos de formação profissional tendem a separar o mundo acadêmico do mundo da prática. Por isso, procuram propiciar um sólido conhecimento básico-teórico no início do curso, com a subsequente introdução de disciplinas de ciências aplicadas desse conhecimento, para chegarem à prática profissional com os usuais estágios de final de curso (SCHNETZLER, 2000).

Ao pensar em uma disciplina que aborde a educação especial somos a favor que a mesma parta do referencial teórico da abordagem histórico-cultural, ou seja, das ideias de Vigotski sobre desenvolvimento e deficiência. Para o Vigotski garantir o desenvolvimento do aluno com deficiência é focar o trabalho em suas consequências sociais, garantindo a apropriação cultural, pois até mesmo as mais serias deficiências podem ser compensadas por um ensino adequado, e este é proporcionado por uma formação de professores que considere as potencialidades dos alunos com deficiência

Portanto, problematizamos será que temos professores formadores preparados para discutirem a educação especial na formação inicial de professores? Acreditamos que a maioria dos professores formadores não vivenciou durante sua formação a discussão da educação especial já que o essa ganhou força a partir da década de 1990 com as legislações que garantiram o acesso do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e/ou superdotação a escola regular e a obrigatoriedade da inserção da disciplinas Libras se deu em 2002, ou seja, se faz necessário garantir uma formação para os professores formadores na perspectiva da educação especial para depois sim garantir que essa discussão se fortaleça nos cursos de formação inicial de professores.

#### **4. Considerações Finais**

Através dos dados construídos pelo questionário e entrevista semiestruturada é possível concluir que a maioria dos licenciandos dos cursos de ciências da natureza no estado de Goiás não tiveram a discussão da temática educação especial nas disciplinas de núcleo pedagógico durante sua formação inicial, o que representa uma preocupação, pois a presença do aluno público alvo da educação especial na sala regular é uma realidade e este aluno tem direito a construir conhecimento e isto somente é possível se o professor estiver preparado para lidar com as potencialidade do aluno de forma a garantir o processo de ensino e aprendizagem e esta capacidade deve ser construída já durante a formação inicial dos futuros professores. Portanto, acredita-se que o grande desafio posto para os cursos de formação de professores hoje é o de promover novas atitudes e a compreensão das diversas e complexas situações presentes na escola, garantindo ainda aos professores desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Sendo assim, acredita-se que ainda há muito que se discutir sobre a formação de professores e mais ainda sobre a formação voltada para a educação especial.

## 5. Referências

- BENITE, A.M.C. PEREIRA, L.L.S.; BENITE, C.R.M.; PROCÓPIO, M.V.R. Formação de professores de ciências em rede social: uma perspectiva dialógica na Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v.9, n.3, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBN, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2015.
- BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, 7-25, 2002.
- FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In. RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 161-181.
- FREITAS, S. N.; MOREIRA, L. C. A Universidade frente à formação inicial na perspectiva da inclusão. In: CAIDO, K. R; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- QUINTANILHA, I. A; TARTUCI, D; SILVA M. R. Os Cursos de Licenciatura e a Formação para a Inclusão Escolar. In: **XIII Simpósio de Leitura – Leitura na Escola: entre políticas e Práticas. I Fórum de Leitura da Microrregião de Catalão-Goiás**. Catalão, GO: UFG, Câmpus Catalão, 2013.

- LEITE, Y.U.F.; GIORGI, C.A.G. Saberes docentes de um novo tipo na formação profissional do professor: alguns apontamentos. **Revista do Centro de Educação**, v.29, n.2, 2004.
- MACHADO, F. C. Ser professor em tempos de diversidade: uma análise das políticas de formação docente. In: THOMA, A. da S; HILLESHEIM, B (Org.). **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 57-69.
- MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisas e Estudos Qualitativos, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais**. Bauru: USC, 2004. CD – ROOM. ISBN: 8598623-01-6.10p.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006
- MARCELO, C. G. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Barcelona: Porto Editora, 1999.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 2010. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTINS, H. H, T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.
- SCHNETZLER, R. P. O professor de ciências: problemas e tendências de sua formação. In: SCHNETZLER, R. P. e ARAGÃO, R. M. R. (orgs.). **Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens**. Piracicaba: CAPES/UNIMEP, 2000.
- SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, E.J.C.; LLERENNA JÚNIOR, J.C.; CARDOSO, M.H.C.A. Aspectos históricos do atendimento ao deficiente: da segregação à educação inclusiva. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v.11, n.63, p.5-13, 2002.
- TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, n.13, 2000.
- VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto e outros. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ZAGO, N. (Org.). Itinerários de Pesquisa – perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.